

O rabo está balançando o cachorro

O economista Pedro Malan, da Universidade Católica do Rio, foi o autor da frase mais expressiva da semana sobre a situação da economia brasileira: "O rabo está balançando o cachorro", disse, citando um provérbio inglês. Com isso quis mostrar a situação de absoluta falta de controle, pelas autoridades brasileiras, sobre a economia do país: não é mais o governo — o cachorro — que mexe o rabo — a dívida —; é o rabo que agita, como quer, o infeliz quadrúpede.

Todos os políticos e economistas são unânimes: a política econômica do país está completamente ditada pela pressão da dívida externa. Concordam com isso até aqueles cínicos que há pouco tempo ainda diziam que o país estava bem — porque, com uma dívida tão grande, ele é que controlava os credores, que não poderiam contrariá-lo...

Nos últimos dias, os homens do governo sentiram um frio na espinha com o fato de o nível das reservas cambiais brasileiras ter, ao que tudo indica, baixado perigosamente, a ponto de ameaçar o pagamento pontual das parcelas vencidas da dívida. (As reservas, de moedas estrangeiras fortes e ouro, são garantias que o país mantém depositadas em bancos no exterior, para honrar seus compromissos internacionais).

Para se ter uma idéia dos limites a que chegou a situação, basta dizer que o governo está cogitando de obrigar os tomadores de empréstimos bancários a pegarem parte dos empréstimos lá fora! Um mecanismo qualquer, que está em elaboração nos cérebros dos especialistas em casuístas de Brasília, faria com que os bancos fossem forçados a emprestar aos clientes parte de dinheiro nacional e parte de dinheiro obtido no exterior. É uma "situação dantesca", como qualificou o economista Adroaldo Moura, ligado a Delfim. É "mais um ato do drama de nossa dependência externa", disse o conservador **O Estado de S. Paulo**, que vem defendendo a tese de que a situação exige medidas rápidas e radicais, entre elas, a submissão do país ao Fundo Monetário Internacional e a renegociação da dívida.

O fundo do problema está no quadro ao lado, para o qual inúmeras vezes a oposição brasileira alertou os homens do governo e o povo: os empréstimos internacionais constituem uma bomba de sucção montada no país para carrear recursos para fora; se inicialmente eles promovem um certo tipo de desenvolvimento, ao cabo de algum tempo a situação se inverte. O quadro se agravou dramaticamente com a incrível alta nos juros internacionais. Se em 1968 o Brasil pagava 182 milhões de dólares de juros e 1 bilhão de amortizações da dívida — aquela altura se aproximando, no total, de 10 bilhões de dólares — em 1980 ele teve de pagar 6,31 bilhões de juros, para uma amortização de 6,70 bilhões e uma dívida de 60 bilhões. Hoje, há companhias estatais, como a Telebrás, que foram feitas com base em empréstimos externos, que só não vão à falência porque estão elevando brutalmente os preços de suas tarifas, forma de fazer o povo pagar os juros da dívida externa.

O país não controla o problema — a dívida.
A dívida é que controla o país. E a divisão
corrói o poder, junto com o medo da revolta

Marcos Paiva e Antônio Carlos Queiroz

E agora? As contas deles estão furadas.

A hipótese básica das projeções sobre o **balanço de pagamentos**, aprovada pelo governo em janeiro, previa para este ano uma necessidade de empréstimos externos da ordem de US\$ 13 bilhões. Contudo, as expectativas oficiais em relação ao comportamento de alguns dos principais itens do balanço de pagamentos não se confirmaram. Eles esperavam que os investimentos diretos em moeda estrangeira este ano chegassem a US\$ 2 bilhões, e já está claro — nesta altura do ano — que na melhor das hipóteses os investimentos estrangeiros deverão atingir apenas US\$ 1,5 bilhão. Em relação aos juros, o governo previa um dispêndio de US\$ 6,7 bilhões. As mais recentes estimativas governamentais sobre este item (naturalmente não divulgadas, para não aumentar o pânico) indicam que os gastos com juros devem chegar à expressiva soma de US\$ 8,5 bilhões — US\$ 2,2 bilhões acima do que o governo previa.

Esse brutal aumento dos juros no mercado financeiro internacional, como se sabe, é consequência direta da atual política econômica norte-americana e é por isso que ultimamente o ministro Delfim Netto, a exemplo do que já vinha fazendo o ministro da Indústria e Comércio, Camilo Penna, tem incluído o presidente norte-americano Ronald Reagan entre os principais culpados pelo agravamento da crise econômica brasileira. No ano passado, como se lembra, os vilões eram os árabes. Este ano é o presidente dos Estados Unidos.

Esse brutal aumento dos juros anulou completamente o sucesso do esforço do governo para equilibrar a balança comercial. Apesar do possível equilíbrio, ou mesmo pequeno superávit que a balança comercial deve apresentar este ano, as necessidades de empréstimos em moeda estrangeira deverao atingir em torno de US\$ 16 bilhões — US\$ 3 bilhões a mais do que o governo previa inicial-

mente, diferença que significa quase todo o resultado das exportações de café e açúcar deste ano.

Somente com amortizações da dívida (que também deverá superar os US\$ 8 bilhões previstos pelo governo) e juros, o país deverá pagar este ano aos banqueiros internacionais a impressionante soma de mais de US\$ 16,5 bilhões — montante que supera o produto nacional bruto de mais da metade dos países do planeta.

As perspectivas para o próximo ano são igualmente negras pois o país deverá dispender com juros e amortizações da dívida externa uma quantia pelo menos igual à deste ano. Nesse quadro, na visão das autoridades, não há outra saída a não ser a recessão, para reduzir importações, e concentrar todo o esforço para aumentar as exportações e reduzir o máximo que for possível o déficit do balanço de pagamentos em 1982. Do contrário, o estrangulamento das contas externas do país será inevitável.

A recessão é o meio oficial de viabilizar esta política pois ajuda a comba-

ter a inflação e propicia excedentes para a exportação.

Enfim, o quadro que se observa neste fim de ano é apenas um ensaio da conjuntura que se vislumbra para 1982, quando a recessão deverá se propagar para os setores da economia que ainda não foram atingidos. O orçamento da União para 1982 (que deverá ser anunciado nesta segunda-feira) prevê receita de Cr\$ 3,8 trilhões, o que representa um incremento de apenas 62% em relação à receita efetiva deste ano, estimada em Cr\$ 2,3 trilhões. (M.P.)

